

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE PERNAMBUCO - CRO-PE
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

300 a 350
FISCAL



CADERNO DE PROVA - LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1 Confira se seu CADERNO DE PROVA corresponde ao cargo escolhido em sua inscrição. Este caderno contém cinquenta questões objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 50.
- 2 Caso esteja incompleto ou contenha algum defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 3 O CARTÃO-RESPOSTA, que será entregue pelo fiscal durante a prova, é o único documento válido para a correção das questões objetivas expostas neste caderno.
- 4 Quando o CARTÃO-RESPOSTA estiver em suas mãos, confira-o para saber se está em ordem e se corresponde ao seu nome. Em caso de dúvidas, solicite orientação ao fiscal.
- 5 No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondente às suas respostas deve ser feita com caneta esferográfica azul ou preta. O preenchimento é de sua exclusiva responsabilidade.
- 6 Não danifique o CARTÃO-RESPOSTA, pois em hipótese alguma haverá substituição por erro do candidato.
- 7 Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras: A, B, C, D e E, havendo apenas uma que responde ao quesito proposto. O candidato deve assinalar uma resposta. Marcação rasurada, emendada, com campo de marcação não preenchido ou com marcação dupla não será considerada.
- 8 A duração total da prova objetiva é de 4 horas, incluindo o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer da prova - e ao preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA.
- 9 Reserve, no mínimo, os 15 minutos finais para preencher o CARTÃO-RESPOSTA. Não será concedido tempo adicional para o preenchimento.
- 10 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, 1 hora após o início da prova e poderá levar este caderno somente no decurso dos últimos 60 minutos anteriores ao horário determinado para o seu término.
- 11 É terminantemente proibido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no CARTÃO-RESPOSTA da prova objetiva.
- 12 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do fiscal de sala.
- 13 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o CARTÃO-RESPOSTA e deixe o local de prova.

INFORMAÇÕES

- **24/01/2016** – Data de aplicação da prova objetiva.
- **25/01/2016** - A partir das 16h (horário de Brasília) – Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva.
- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- **A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no CARTÃO-RESPOSTA poderá implicar a anulação da sua prova.**

Para uso do Instituto QUADRIX

Chave de Segurança

TIPO 1 E

FIS909

INSTITUTO
QUADRIX

PROVA OBJETIVA

LÍNGUA PORTUGUESA

Para responder às **questões de 1 a 5**, leia o seguinte texto.

Alunos de odontologia suspendem atendimento em clínicas da UFPE

Está suspenso o atendimento odontológico das clínicas-escola da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), localizadas no Campus de Recife da instituição, na Cidade Universitária, Zona Oeste da capital. O serviço foi paralisado porque os estudantes de Odontologia da UFPE interromperam as atividades por tempo indeterminado. Eles reclamam de problemas na infraestrutura do departamento.

Os estudantes **ainda** realizaram um protesto no campus. Eles se juntaram aos técnico-administrativos, que estão em greve há três meses, e fecharam o acesso à universidade na BR-101. Depois, seguiram em passeata até a reitoria. Por volta das 10h, o movimento dos servidores dispersou, mas os universitários continuaram no prédio da reitoria e foram recebidos para uma reunião.

De acordo com a UFPE, participaram do encontro a pró-reitora para assuntos acadêmicos, Ana Cabral; a pró-reitora de gestão administrativa, Paula Albuquerque; o assessor do reitor, professor Edmilson Lina; e a coordenadora do curso de Odontologia, Sílvia Jamele. Ainda segundo a UFPE, a reunião durou quase uma hora e meia. O resultado da negociação, no entanto, ainda não foi divulgado.

Segundo os estudantes, faltam materiais de trabalho nas clínicas-escola. Equipamentos utilizados no atendimento à população também estariam quebrados ou sem manutenção. **"Deflagramos** uma greve estudantil porque faltam condições mínimas de trabalho. Falta material, manutenção de equipamentos, professores e qualidade de infraestrutura. E isso está inviabilizando todo e qualquer possível atendimento na universidade", reclama Alex Machado, presidente do Diretório Acadêmico (DA) de Odontologia da UFPE.

O Diretório calcula **que cerca de três mil pessoas são atendidas por mês nas clínicas-escola**. Por isso, os pacientes, vindos sobretudo da população mais carente do Grande Recife, também serão muito afetados pela decisão. "Deixaremos de atender três mil pacientes por mês por falta de condições", reconhece o presidente do DA.

Os estudantes explicam que a atuação profissional nas clínicas-escola faz parte da formação de Odontologia oferecida pela UFPE. O atendimento é feito pelos universitários em parceria com os professores da instituição a partir do 5º período do curso. Eles atendem casos de urgência, fazem o atendimento básico e também realizam tratamentos especializados, como os de portadores de síndromes raras e portadores de doenças infectocontagiosas. "Alguns pacientes vêm de até 500 quilômetros de distância porque alguns desses serviços não são oferecidos nem nos serviços privados", fala Alex.

Segundo o Diretório Acadêmico, a suspensão do atendimento foi acordada em assembleia. **A decisão teria sido comunicada à diretoria do Departamento de Odontologia da UFPE**, mas, segundo os estudantes, nenhum responsável pelo setor se pronunciou sobre o assunto. Os universitários panfletaram no Campus de Recife para explicar o movimento à população e também participaram do protesto organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais de Pernambuco (Sintufepe) para lembrar os três meses de greve dos servidores da instituição.

(g1.globo.com)

QUESTÃO 1

Assinale a alternativa que aponte um sintagma do texto que, como aparece empregado, funcione como sujeito de uma locução verbal de voz passiva.

- (A) "os pacientes" (5º parágrafo).
- (B) "nenhum responsável pelo setor" (7º parágrafo).
- (C) "condições mínimas de trabalho" (4º parágrafo).
- (D) "os três meses de greve dos servidores da instituição" (7º parágrafo).
- (E) "materiais de trabalho" (4º parágrafo).

QUESTÃO 2

Com relação à palavra "ainda", em destaque no segundo parágrafo, assinale a alternativa correta.

- (A) Tendo em vista os sentidos possíveis que essa palavra pode apresentar em Língua Portuguesa, podemos afirmar que seu emprego é incoerente para o contexto em que está inserida.
- (B) A semântica pretendida para a palavra "ainda", conforme aparece no texto, é temporal e ela poderia, sem qualquer prejuízo para o sentido original, ser substituída pela expressão "até aquele momento".
- (C) Quanto à classificação morfológica da palavra "ainda", podemos afirmar que ela é um adjetivo.
- (D) Pode-se depreender do texto que a palavra "ainda" foi empregada com o mesmo sentido da palavra "também", mas esta não poderia ser empregada no contexto em que aquela aparece.
- (E) No contexto em que aparece, a palavra "ainda" foi empregada para se acrescentar uma ideia ao que já vinha sendo apresentado e poderia, sem prejuízo para o sentido original, ser trocada pela expressão "além disso".

QUESTÃO 3

Assinale a alternativa que contenha um verbo que poderia substituir, sem grandes prejuízos para o sentido original, o verbo "deflagramos" (em destaque no texto), no entanto com transposição para a voz passiva, em respeito à Norma Culta Padrão.

- (A) Incitamos.
- (B) Arrefeceu-se.
- (C) Sobrecarregou-se.
- (D) Incitou-se.
- (E) Descobrimos.

QUESTÃO 4

Releia esta passagem do texto:

*"O Diretório calcula **que cerca de três mil pessoas são atendidas por mês nas clínicas-escola.**"*

Assinale a alternativa que contenha, pelo menos, um termo sublinhado com a mesma função sintática, no contexto em que aparece, a qual é exercida por toda a oração destacada acima.

- (A) O serviço foi paralisado porque os estudantes de Odontologia da UFPE interromperam as atividades por tempo indeterminado.
- (B) Eles atendem casos de urgência, fazem o atendimento básico e também realizam tratamentos especializados.
- (C) Alguns pacientes vêm de até 500 quilômetros de distância porque alguns desses serviços não são oferecidos nem nos serviços privados.
- (D) Ainda segundo a UFPE, a reunião durou quase uma hora e meia. O resultado da negociação, no entanto, ainda não foi divulgado.
- (E) Segundo o Diretório Acadêmico, a suspensão do atendimento foi acordada em assembleia [...], mas, segundo os estudantes, nenhum responsável pelo setor se pronunciou sobre o assunto.

QUESTÃO 5

Analise a estrutura sintática da oração "A decisão teria sido comunicada à diretoria do Departamento de Odontologia da UFPE" para assinalar a alternativa que contenha sua transposição para a voz ativa, tomando como sujeito o sintagma "o diretório acadêmico".

- (A) O diretório acadêmico ter-se-ia comunicado à diretoria do Departamento de Odontologia da UFPE.
- (B) Ter-se-ia comunicado à diretoria do Departamento de Odontologia da UFPE, pelo diretório acadêmico, a decisão.
- (C) O diretório acadêmico teria comunicado a decisão à diretoria do Departamento de Odontologia da UFPE.
- (D) Ao diretório acadêmico tinha sido comunicada a decisão da diretoria do Departamento de Odontologia da UFPE.
- (E) O diretório acadêmico comunicou a decisão à diretoria do Departamento de Odontologia da UFPE.

Para responder às **questões de 6 a 10**, leia os quadrinhos a seguir.



(multioral.com.br/)

QUESTÃO 6

Julgue as correspondências feitas a seguir e assinale a alternativa que relacione apenas as corretas.

- I. "dentes" (primeiro quadrinho) – objeto direto;
- II. "bons" (segundo quadrinho) – predicativo do sujeito;
- III. "uma coisa" (terceiro quadrinho) – objeto direto;
- IV. "a gente" (quarto quadrinho) – sujeito.
- V. "dentes" (quarto quadrinho) – adjunto adnominal.

- (A) Nenhuma está correta.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) Todas estão corretas.

QUESTÃO 7

Qual é a definição da função sintática do sintagma "de leite", presente no primeiro quadrinho?

- (A) Trata-se de um sintagma preposicionado nucleado por um adjetivo e que, ligado a um substantivo, tem também uma carga substantiva.
- (B) Trata-se de um sintagma preposicionado nucleado por um substantivo e que, ligado a outro substantivo, tem uma carga adjetiva.
- (C) Trata-se de um sintagma preposicionado nucleado por um substantivo e que, ligado a um verbo, caracteriza uma circunstância adverbial.
- (D) Trata-se de um sintagma preposicionado nucleado por um substantivo e que, ligado a outro substantivo, complementa a ação pressuposta por este.
- (E) Trata-se de um sintagma preposicionado nucleado por um adjetivo e que, ligado a um substantivo, complementa a ação pressuposta por este.

QUESTÃO 8

Considerando a semântica do verbo "ter", presente no segundo quadrinho, assinale a alternativa que contenha a reescrita da fala de Mafalda (no mesmo quadrinho), mantendo-se o sentido original, em respeito às regras de concordância e regência verbal.

- (A) Eles não são bons? Por que foram trocados?
- (B) Eles não são bons? Por que deve ser trocados?
- (C) Eles não são bons? Por que não seriam?
- (D) Eles não são bons? Por que devem ser trocados?
- (E) Eles são bons? Por que não serem trocados?

QUESTÃO 9

No terceiro quadrinho – em "Fico revoltada **em** ter que..." –, analise a semântica dada à preposição "em", para então assinalar a alternativa que a explique corretamente, conforme o contexto apresentado.

- (A) No contexto em que está inserida, essa preposição não pode ser adequadamente compreendida.
- (B) O sentido pretendido para essa preposição, no contexto em que aparece, é o de concessão.
- (C) Sem grandes alterações de sentido, a preposição "em" não poderia ser substituída pela preposição "por".
- (D) Mantendo exatamente o sentido original, poderíamos substituir "em" pela preposição "para".
- (E) O sintagma iniciado pela preposição "em" contém a causa de a personagem ficar revoltada.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa que contenha o sujeito do infinitivo "ficar", no quarto quadrinho.

- (A) "a gente".
- (B) "a situação".
- (C) "dentes".
- (D) "essa história".
- (E) "eu".

NOÇÕES DE INFORMÁTICA


Nas questões que avaliam os conhecimentos de noções de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português, que o mouse está configurado para pessoas destros, que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do mouse e que teclar corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

QUESTÃO 11

Quando, trabalhando com o sistema operacional Windows 10, rodam-se aplicativos específicos do Windows XP ou do MS DOS, que técnica o sistema está utilizando?

- (A) Virtualização.
- (B) Emulação.
- (C) Simulação.
- (D) Compatibilidade.
- (E) Sincronização.

QUESTÃO 12

Da lista a seguir, quantos itens são exibidos, no Windows 10, ao se pressionar com o botão direito do mouse o ícone  do Windows, no canto inferior esquerdo da tela?

- I. Programas e Recursos;
- II. Mobility Center;
- III. Opções de Energia;
- IV. Visualizador de Eventos;
- V. Sistema;
- VI. Relógio;
- VII. Gerenciador de Dispositivos;
- VIII. Conexões de Rede;
- IX. Gerenciamento de Disco;
- X. Gerenciamento do Computador.

- (A) Apenas um.
- (B) Apenas cinco.
- (C) Apenas sete.
- (D) Apenas nove.
- (E) Todos.

QUESTÃO 13

No programa MS Word 2016, como são chamados os elementos que funcionam com *hiperlinks* e permitem saltar para um local específico no documento?

- (A) Entrada.
- (B) Símbolo.
- (C) Marcador.
- (D) Hiperlink.
- (E) Indicador.

Utilize o seguinte trecho de planilha para responder à **questão 14**, sobre o programa MS Excel 2016.

	A	B	C
1			
2		3	
3		4	9
4		5	

QUESTÃO 14

Qual será o resultado exibido na célula B3, ao se digitar o valor 5 na célula A1?

- (A) 5.
- (B) 9.
- (C) 11,5.
- (D) 14.
- (E) 15.

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa que exhibe o nome que o programa Lync recebeu no pacote Microsoft Office 2016.

- (A) OneNote 2016.
- (B) Skype for Business 2016.
- (C) Outlook 2016.
- (D) OneDrive for Business 2016.
- (E) Publisher 2016.

LEGISLAÇÃO**QUESTÃO 16**

De acordo com Maria Sylvia Zanella Di Pietro, “as entidades paraestatais não prestam serviço público delegado pelo Estado, mas atividade privada de interesse público (serviços não exclusivos do Estado); exatamente por isso, são incentivadas pelo Poder Público. A atuação estatal, no caso, é de fomento e não de prestação de serviço público”. As entidades paraestatais podem ser divididas em três espécies: a) os serviços sociais autônomos (SSA); b) as organizações sociais (OS); e c) as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades, por exemplo, de promoção da assistência social; de promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; de promoção gratuita da educação:

- I. os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- II. as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
- III. as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- IV. as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
- V. as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
- VI. as cooperativas.

Quantos dos itens acima não são passíveis de qualificação como OSCIP, nos moldes do enunciado?

- (A) Seis.
- (B) Cinco, somente.
- (C) Quatro, somente.
- (D) Três, somente.
- (E) Duas, somente.

QUESTÃO 17

Na Administração Pública Direta – como o próprio nome diz –, a atividade administrativa é exercida pelo próprio governo que “atua diretamente por meio dos seus **Órgãos**, isto é, das unidades que são simples repartições interiores de sua pessoa e que por isto dele não se distinguem” (Celso Antônio Bandeira de Mello). Sobre esses órgãos, analise as assertivas a seguir.

- I. Esses órgãos são despersonalizados, ou seja, não possuem personalidade jurídica própria, portanto, não são capazes de contrair direitos e obrigações por si próprios.
- II. Os órgãos não passam de simples repartições internas de retribuições, e necessitam de um representante legal (agente público) para constituir a vontade de cada um deles. Trata-se da desconcentração do poder na Administração Pública. Onde há desconcentração administrativa vai haver hierarquia, entre aquele Órgão que está desconcentrando e aquele que recebe a atribuição – exemplo: Delegacias Regionais da Polícia Federal, Varas Judiciais, Comissão de Constituição e Justiça.
- III. Os órgãos atuam nos quadros vinculados a cada uma das Esferas de Governo. A exemplo temos os Ministérios, órgãos federais ligados à União; as Secretarias Estaduais, órgãos estaduais ligados ao estado membro; e as Secretarias Municipais, órgãos municipais ligados à esfera municipal de poder. Na Administração Pública Direta, o Estado é ao mesmo tempo o titular e o executor do serviço público.

Está coreto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) nenhuma.
- (E) todas.

QUESTÃO 18

As Avaliações Periódicas de Desempenho, que geram a estabilidade flexível do servidor, e o Contrato de Gestão são exemplos de instrumentos utilizados pela Administração Pública Gerencial que surgiu com o acréscimo de mais um princípio à CF/88 (não previsto no texto original) através da Emenda Constitucional nº 19/98, tratando da Reforma Administrativa do Estado. Implantava-se, então, uma nova cultura no âmbito interno da Administração Pública. A que princípio nos referimos?

- (A) Princípio da Razoabilidade.
- (B) Princípio da Licitação.
- (C) Princípio da Eficiência.
- (D) Princípio da Responsabilidade da Administração.
- (E) Princípio da Participação.

QUESTÃO 19

Sobre as entidades administrativas da administração pública, leia as assertivas a seguir.

- I. As empresas públicas e as sociedades de economia mista são empresas estatais, isto é, sociedades empresariais de que o Estado tem controle acionário e que compõem a Administração Indireta.
- II. As empresas públicas e as sociedades de economia mista têm como uma de suas finalidades a exploração da atividade econômica, o que será em caráter excepcional, pois, de acordo com a Constituição Federal, o Estado não poderá prestar qualquer atividade econômica, mas somente poderá intervir quando houver relevante interesse coletivo ou imperativos da segurança nacional.
- III. As empresas estatais serão criadas por autorização de lei específica com o devido registro dos atos constitutivos, e sua extinção, por paralelismo jurídico, também se dará por lei. Conforme o inciso XIX do art. 37 da CF/88, somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, somente.
- (B) III, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I, somente.
- (E) todas.

QUESTÃO 20

Podemos conceituar órgão público como uma unidade que une atribuições praticadas pelos agentes públicos que o formam com o objetivo de manifestar a vontade do Estado, seu pensamento, ou pelo menos sua tendência de agir. Segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro, são critérios para classificar os **órgãos públicos**: quanto à esfera de ação; quanto à posição estatal; quanto à estrutura; e quanto à composição. Com relação à esfera de ação, classificam-se em centrais e locais. Sobre eles, assinale a alternativa correta.

- (A) Os centrais integram-se a um único agente. E os locais integram-se por vários agentes a fim de consolidar as ações em prol de um contingente maior.
- (B) Os centrais exercem atribuições em todo o território nacional, estadual, distrital e municipal. Assim, temos os ministérios e secretarias. Já os locais atuam em parte do território, como delegacias de polícia, postos de saúde etc.
- (C) Os centrais atuam sempre por meio de pessoas jurídicas, que são os seus agentes públicos. Os locais, por meio de pessoas físicas ou por meio de células administrativas.
- (D) Os centrais são aqueles que detêm condição de comando, de direção. Os locais são os subordinados, os incumbidos das funções rotineiras de execução.
- (E) Os centrais centralizam as ações em órgãos colegiados. Os locais ampliam as ações, por meio de órgãos consultivos, exteriorizando a vontade do próprio órgão público.

QUESTÃO 21

Existem duas formas de atuação da Administração, direta ou indiretamente. A administração direta constitui-se dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios – é o que prevê o art. 76 da CF. Segundo Hely Lopes Meirelles, a administração indireta “é o conjunto dos entes (entidades com personalidade jurídica) que vinculados a um órgão da Administração Direta, prestam serviço público ou de interesse público”. Sobre o assunto, analise as alternativas a seguir e aponte a incorreta.

- (A) Pelo princípio da publicidade, o comportamento da Administração Pública deverá ser pautado pela transparência, preservando-se, contudo, assuntos sigilosos, particulares, íntimos, resguardados pela Constituição Federal, no exercício de suas funções, promovendo a consecução hábil e útil dos resultados almejados no atendimento ao interesse público.
- (B) A Administração Pública direta é a estrutura que representa atuação direta do Estado por suas unidades federadas, como a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, ou seja, é o conjunto de órgãos integrados na estrutura central de cada poder das pessoas políticas. A administração pública direta está dentro das entidades federativas, sendo entidades estatais, pessoas políticas como a União, os Estados Federados, os Municípios e o Distrito Federal e seus órgãos.
- (C) O Estado, que são pessoas políticas, desempenha atividade descentralizada. Pessoa política é ente com personalidade jurídica de direito público interno, criada pela CF para fins de centralização político-administrativa. Já as pessoas políticas são a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Descentralização é a distribuição de competência de uma pessoa para outra, física ou jurídica.
- (D) É atividade-fim de todo Estado, por exemplo, ordenar e coordenar o exercício de liberdades e direitos individuais, objetivando limitar esse exercício para que os interesses da coletividade sejam preservados. É uma função das mais relevantes da Administração a de limitar a atividade do particular. Ou seja, a Administração limita liberdades individuais com objetivo de viabilizar o convívio em sociedade: quando se estabelecem normas de observância obrigatória no trânsito, no exercício da atividade econômica, e assim por diante.
- (E) As atividades administrativas estão dentro de um campo específico da função administrativa, que é o campo do poder de polícia administrativa que está presente em quase todas as atividades humanas. A administração pública indireta é composta de pessoas jurídicas, separadas, com personalidade jurídica própria, que são chamadas de entidades administrativas, como as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as fundações públicas e o consórcio público.

QUESTÃO 22

Conquanto o art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 reze que a Administração Pública, direta e indireta, em quaisquer dos poderes e de quaisquer esferas, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, doutrina e jurisprudência e renomados autores da área aceitam os nomeados “princípios reconhecidos”, sendo alguns deles elencados na tabela a seguir. Com base na descrição, identifique os princípios.

Princípio	Descrição
I	Faculdade e dever de admitir e agir, diante de situações irregulares, a fim de restaurar a regularidade exigida pela legalidade.
II	Os bens e interesses públicos não pertencem à Administração nem a seus agentes. Cabe-lhes apenas geri-los e conservá-los em prol de benefícios para a coletividade.
III	Tem que ser observado pela Administração à medida que sua conduta se apresente dentro dos padrões normais de aceitabilidade e da licitude.
IV	Destina-se a conter atos, decisões e condutas de agentes públicos que ultrapassem os limites adequados (controla atos abusivos).

Correspondem a I, II, III e IV, correta e respectivamente, os princípios de:

- (A) autotutela; indisponibilidade; razoabilidade e proporcionalidade.
- (B) precaução; continuidade dos serviços públicos; proporcionalidade e razoabilidade.
- (C) autotutela; continuidade dos serviços públicos; proporcionalidade e segurança jurídica.
- (D) supremacia do interesse público; continuidade dos serviços públicos; precaução e segurança jurídica.
- (E) precaução; indisponibilidade; razoabilidade e equilíbrio.

QUESTÃO 23

Carvalho Filho (2012), que admite classificação da função administrativa, na Administração Pública, em três critérios (subjetivo, objetivo material e objetivo formal), defende que tecnicamente essa função “é aquela exercida pelo Estado ou por seus delegados, subjacentemente à ordem constitucional ou legal, sob regime de direito público, com vistas a alcançar os fins colimados pela ordem jurídica”. No âmbito público, Di Pietro (2012) admite que a expressão Administração Pública pode ser compreendida em sentido subjetivo, formal ou orgânico e em sentido objetivo, material ou **funcional**. Quanto a este último, a Administração Pública:

- (A) designa a natureza da atividade exercida pelos referidos entes; assim, a Administração Pública é a própria função administrativa que incumbe, predominantemente, ao Poder Executivo.

- (B) foca apenas os órgãos administrativos e a função administrativa, excluindo os órgãos governamentais e a função política.
- (C) é executada por pessoa ou pessoas distintas do Estado, distribuindo-se as competências conforme a hierarquia.
- (D) designa os entes que exercem a atividade administrativa; compreende pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos incumbidos de exercer uma das funções em que se triparte a atividade estatal: a função administrativa.
- (E) de maneira ampla, contempla tanto os órgãos governamentais, aos quais incumbe traçar os planos de ação, dirigir, comandar, como os órgãos administrativos, subordinados, dependentes (Administração Pública, em sentido estrito), aos quais incumbe executar os planos governamentais.

QUESTÃO 24

“Ato administrativo é toda manifestação unilateral da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.” (Hely Lopes Meirelles). Os **elementos essenciais** à formação do ato administrativo constituem sua infraestrutura; daí serem reconhecidos como requisitos de validade. Dentre eles, podemos citar “a situação de fato ou de direito que determina ou autoriza a realização do ato administrativo, podendo vir expresso em lei como pode ser deixado ao critério do administrador.” Tal conceito encerra a definição de:

- (A) competência.
- (B) objeto.
- (C) finalidade.
- (D) motivo.
- (E) forma.

QUESTÃO 25

Quanto às espécies, os atos administrativos devem ser agrupados, de um lado, sob o aspecto formal e, de outro lado, sob o aspecto material (ou seu conteúdo). Sob o aspecto do conteúdo, o ato discricionário e unilateral em que a Administração exerce o controle anterior e posterior do ato administrativo; o caso dos atos complexos em que existe a autorização de um órgão e o *referendum* de outro, como na aprovação pelo Senado de um ministro do STJ indicado pelo Presidente da República, recebe o nome de:

- (A) Licença.
- (B) Permissão.
- (C) Aprovação.
- (D) Homologação.
- (E) Admissão.

QUESTÃO 26

A classificação dos atos administrativos sofre variação em virtude da diversidade dos critérios adotados. Vamos considerar, aqui, o modo de execução (autoexecutório e não autoexecutório) e a liberdade de ação (vinculados e discricionários). Hely Lopes Meirelles define como atos vinculados:

- (A) aqueles que a administração pode praticar com a liberdade de escolha de seu conteúdo, de seu destinatário, de sua oportunidade e do modo de sua realização.
- (B) aqueles nos quais a lei estabelece os requisitos e condições de sua realização. As imposições legais absorvem quase por completo a liberdade do administrador, pois a ação, para ser válida, fica restrita aos pressupostos estabelecidos pela norma legal.
- (C) aqueles que têm possibilidade de serem executados pela própria Administração.
- (D) aqueles que dependem de pronunciamento do Poder Judiciário. São praticados pelos órgãos colegiados em suas deliberações administrativas, a exemplo dos Tribunais Judiciais.
- (E) aqueles unilaterais e vinculados de controle pelo qual a Administração concorda com um ato jurídico.

QUESTÃO 27

O ato administrativo tem finalidade pública e é uma espécie de ato jurídico. Observe, a seguir, as 6 (seis) definições quanto à forma de exteriorização dos atos.

- I. Utilizados para a expedição de autorização e licença; denotam aquiescência da Administração no sentido de ser desenvolvida certa atividade pelo particular.
- II. Praticados pelos órgãos colegiados em suas deliberações administrativas, a exemplo dos diversos Tribunais (Tribunais Judiciais, Tribunais de Contas) e dos Conselhos (Conselhos de Contribuintes, Conselho Curador do FGTS, Conselho Nacional da Previdência Social).
- III. Editados pelos Chefes do Poder Executivo, Presidente, Governadores e Prefeitos, para fiel execução das leis.
- IV. Utilizados para a Administração transmitir aos subordinados a maneira de conduzir determinado serviço.
- V. Manifestam opiniões ou pontos de vista sobre matéria submetida à apreciação de órgãos consultivos.
- VI. Utilizados pelas autoridades administrativas para comunicarem-se entre si ou com terceiros. Por meio delas expedem-se agradecimentos, encaminham-se papéis, documentos e informações em geral.

Assinale a alternativa que, respectivamente, apresente a sequência correta.

- (A) Alvarás; resoluções; decretos; instruções/ ordens de serviço/ avisos; ofícios; pareceres.
- (B) Alvarás; decretos; resoluções; instruções/ ordens de serviço/ avisos; pareceres; ofícios.
- (C) Alvarás; resoluções; decretos; pareceres; instruções/ ordens de serviço/ avisos; ofícios.
- (D) Licenças; resoluções; decretos; instruções/ ordens de serviço/ avisos; pareceres; ofícios.
- (E) Alvarás; resoluções; decretos; instruções/ ordens de serviço/ avisos; pareceres; ofícios.

QUESTÃO 28

Sobre as fundações públicas, analise as alternativas a seguir e assinale a inverídica.

- (A) Há dois tipos de fundação, uma regida pelo Direito Público e outra por normas privadas. As fundações de direito privado regem-se pelo Direito Civil em tudo o que for derogado pelo direito público.
- (B) Da fundação pública, quando tem personalidade pública, o regime jurídico é idêntico ao das autarquias; por isso mesmo é chamada de autarquia fundacional, em oposição à autarquia corporativa.
- (C) É cedição na doutrina moderna que a fundação pública é um patrimônio dotado de personalidade jurídica; assim sendo, para ser criada, é necessária a dotação de um de conjunto de bens.
- (D) São peculiaridades das fundações públicas: a criação por dotação patrimonial; o desempenho de atividade atribuída ao Estado no âmbito social; sujeitam ao controle ou tutela por parte da Administração Direta; possuem personalidade jurídica de direito público, em regra; e criação por autorização legislativa específica.
- (E) A fundação pública deverá ter sempre por objetivo a realização de atividade social, educacional ou cultural, como saúde, educação, cultura, meio ambiente e assistência social.

QUESTÃO 29

Variam entre os autores as fórmulas de classificação das autarquias. Porém, existem três fatores que de fato demarcam as diferenças entre as autarquias. São eles: o nível federativo; o objeto; e a natureza ou regime jurídico. Quanto ao objeto, classificam-se em:

- (A) preventivas, de controle, sociais, profissionais.
- (B) trabalhistas, preventivas, especiais, fundacionais.
- (C) fundacionais, assistenciais, sociais, administrativas.
- (D) assistenciais, previdenciárias, culturais, profissionais.
- (E) assistenciais, autônomas, socioeconômicas, fundamentalistas.

QUESTÃO 30

Órgão público pode ser definido como centro de competência instituído por Lei para o desempenho de funções estatais por meio de seus agentes, cuja atuação é imputada à Pessoa Jurídica a que pertençam. A Lei nº 9.784/99, art. 1º, §2º, conceitua órgão público como unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Direta e Indireta. Entre as classificações possíveis, os órgãos públicos podem ser independentes, autônomos, superiores e subalternos, que pertencem ao critério de:

- (A) estrutura.
- (B) composição.
- (C) esfera de atuação.
- (D) posição estatal.
- (E) finalidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 31**

Não é competência dos Conselhos Regionais de Odontologia:

- (A) deliberar sobre assuntos atinentes à ética profissional, impondo aos infratores as devidas penalidades.
- (B) dirimir dúvidas relativas à competência e ao âmbito das atividades profissionais.
- (C) expedir carteiras aos profissionais inscritos.
- (D) votar e alterar o Código de Ética Profissional Odontológica.
- (E) deliberar sobre inscrição e cancelamento, em seus quadros, de profissionais legalizados.

QUESTÃO 32

Leia, com atenção, as seguintes afirmativas.

- I. Compete ao cirurgião-dentista, na função de auditor, a aplicação das medidas punitivas ao cirurgião-dentista assistente ou à instituição de saúde.
- II. Cabe ao perito/ auditor fazer, perante o usuário, comentários ou observações sobre os serviços executados ou indicar a este outro profissional para realizar o tratamento.
- III. O cirurgião-dentista poderá exercer a função de perito/ auditor na empresa prestadora da qual faça parte, conveniado ou credenciado, desde que não analise seu próprio serviço executado.
- IV. A empresa contratante poderá solicitar o uso de radiografias com finalidade exclusivamente administrativa, em substituição à perícia/ auditoria e aos serviços odontológicos.

Está incorreto o que se afirma em:

- (A) I, II e IV, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I, II e III, somente.
- (D) I, III e IV, somente.
- (E) todas.

QUESTÃO 33

Sobre a Inscrição Remida no Conselho Regional de Odontologia, é incorreto afirmar:

- (A) É concedida ao profissional com mais de 35 anos de atuação na área.
- (B) O profissional com inscrição remida fica dispensado do recolhimento das anuidades.
- (C) Para obter inscrição remida, o profissional deverá estar quite com todas as obrigações financeiras.
- (D) O profissional permanecerá com o mesmo número da inscrição principal, seguido da letra "R" ligada por hífen.
- (E) É concedida somente ao profissional que nunca tenha sofrido penalidade por infração ética.

QUESTÃO 34

Assinale a alternativa incorreta acerca das ações da vigilância sanitária.

- (A) As ações da Vigilância Sanitária compreendem três níveis: alta, média e alta complexidade.
- (B) Não cabem à Vigilância Sanitária as atividades de controle sanitário e fiscalização em portos, aeroportos e fronteiras.
- (C) As ações de Vigilância Sanitária devem promover e proteger a saúde da população, com ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e intervir nos problemas sanitários.
- (D) Uma das atividades da Vigilância Sanitária é a fiscalização de hospitais, laboratórios, bancos de sangue, clínicas médicas, estéticas e odontológicas, visando à qualidade dos serviços prestados.
- (E) Cabe à Vigilância Sanitária a normatização e o controle de tecnologias médicas, procedimentos e equipamentos.

QUESTÃO 35

Assinale, a seguir, as ações que não competem ao auxiliar de consultório dentário, sempre sob a supervisão do cirurgião-dentista ou do técnico em higiene dental.

- (A) Confeccionar modelos em gesso.
- (B) Revelar e montar radiografias intraorais.
- (C) Manipular materiais de uso odontológico.
- (D) Preencher e anotar fichas clínicas.
- (E) Remover suturas.

QUESTÃO 36

As penas disciplinares aplicáveis pelos Conselhos Regionais aos cirurgiões-dentistas são as seguintes:

- I. cassação do exercício profissional, *ad referendum* do Conselho Federal;
- II. advertência confidencial, em aviso reservado;
- III. suspensão do exercício profissional até 30 (trinta) dias;
- IV. censura pública, em publicação oficial;
- V. censura confidencial, em aviso reservado.

Salvo nos casos de manifesta gravidade, e que exijam aplicação imediata de penalidade mais grave, a imposição dessas penas obedecerá a esta gradação:

- (A) V, II, IV, III, I
- (B) II, V, IV, III, I.
- (C) I, II, III, V, IV.
- (D) IV, III, I, II, V.
- (E) V, III, I, IV, II.

QUESTÃO 37

Estabelecidos pela Resolução CFO 118/12, são direitos fundamentais dos profissionais inscritos, segundo suas atribuições específicas, exceto:

- (A) diagnosticar, planejar e executar tratamentos, com liberdade de convicção, nos limites de suas atribuições, observados o estado atual da Ciência e sua dignidade profissional.
- (B) recusar-se a exercer a profissão em âmbito público ou privado em que as condições de trabalho não sejam dignas, seguras e salubres.
- (C) recusar qualquer disposição estatutária, regimental, de instituição pública ou privada, que limite a escolha dos meios a serem postos em prática para o estabelecimento do diagnóstico e para a execução do tratamento.
- (D) assegurar as condições adequadas para o desempenho ético-profissional da Odontologia, quando investido em função de direção ou responsável técnico.
- (E) renunciar ao atendimento do paciente, durante o tratamento, quando da constatação de fatos que, a critério do profissional, prejudiquem o bom relacionamento com o paciente ou o pleno desempenho profissional.

QUESTÃO 38

O cancelamento da inscrição do profissional no Conselho Regional de Odontologia não ocorrerá mediante a seguinte hipótese:

- (A) cassação do direito ao exercício profissional.
- (B) quando da não quitação dos débitos, por período de 2 (dois) anos consecutivos.
- (C) falecimento.
- (D) transferência para outro Conselho.
- (E) encerramento da atividade profissional.

QUESTÃO 39

Leia, com atenção, as seguintes afirmativas.

- I. Ao Conselho em que se achava inscrito o profissional compete julgar e aplicar a penalidade.
- II. O sistema processual dos Conselhos de Odontologia se divide em duas instâncias: Conselho Regional e Conselho Federal.
- III. A citação ou intimação deverá ser entregue até 2 (dois) dias úteis antes da audiência designada.
- IV. O não comparecimento do acusado ou de seu representante à audiência de conciliação e instrução implicará o prosseguimento do feito a sua revelia.

De acordo com a Resolução CFO 59/2004 (Código de Processo Ético Odontológico), está correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III, somente.
- (B) I, III, IV, somente.
- (C) I, II, IV, somente.
- (D) I e IV, somente.
- (E) III e IV, somente.

QUESTÃO 40

Quanto aos documentos odontológicos, não constitui infração ética:

- (A) permitir, ao paciente ou periciado, acesso a seu prontuário, e lhe fornecer cópia quando solicitada.
- (B) usar formulários de instituições públicas para prescrever, encaminhar ou atestar fatos verificados na clínica privada.
- (C) receitar, atestar, declarar ou emitir laudos, relatórios e pareceres técnicos de forma secreta ou ilegível, sem a devida identificação.
- (D) deixar de emitir laudo dos exames por imagens realizados em clínicas de radiologia.
- (E) comercializar atestados odontológicos, recibos, notas fiscais ou prescrições de especialidades farmacêuticas.

QUESTÃO 41

Não compõe(m) a renda dos Conselhos Regionais de Odontologia:

- (A) dois terços da taxa de expedição de carteiras e de cédulas profissionais.
- (B) dois terços das anuidades pagas pelos membros inscritos no Conselho.
- (C) alienação de bens.
- (D) vinte por cento da contribuição sindical paga pelo cirurgião dentista.
- (E) dois terços das multas aplicadas.

QUESTÃO 42

O Conselho Federal de Odontologia e os respectivos Conselhos Regionais são definidos como órgãos fiscalizadores do exercício profissional. Sobre os Conselhos Regionais de Odontologia, é correto afirmar:

- (A) Constituem uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).
- (B) Tanto o Conselho Federal como os Conselhos Regionais de Odontologia foram instituídos pela Lei nº 4.324, de 24 de abril de 1965.
- (C) O valor das anuidades devidas aos Conselhos Regionais e das taxas correspondentes aos serviços e atos indispensáveis ao exercício da profissão será fixado pelo Conselho Federal, através de ato normativo específico.
- (D) Cada Conselho Regional compõe-se de 7 (sete) membros efetivos e de outros tantos suplentes, com mandato bienal, eleitos em votação secreta.
- (E) Não têm autonomia administrativa e financeira, estando subordinados ao Conselho Federal.

QUESTÃO 43

Sobre o exercício ilegal da profissão de dentista, é correto afirmar:

- (A) Quando de forma gratuita, não há pena de detenção, somente multa.
- (B) Se praticada com fim de lucro, não é aplicada multa, porém, na reincidência, será aplicada pena de detenção de 6 meses a um ano.
- (C) A pena será de 6 meses a 2 anos de detenção, e multa se for praticada com fim de lucro.
- (D) Mesmo sem fim de lucro, a pena será detenção de 6 meses a um ano.
- (E) Aplica-se somente multa.

QUESTÃO 44

Nos termos da Lei nº 8.087/90, o consumidor não precisa comprovar dolo ou culpa do fornecedor de serviços ou produtos, bastando apenas demonstrar o nexo de causalidade entre o dano e o vício do produto ou prestação de serviço. Dessa maneira, trata-se do que denominamos:

- (A) responsabilidade subjetiva.
- (B) responsabilidade de serviços.
- (C) responsabilidade ética.
- (D) responsabilidade objetiva.
- (E) responsabilidade social.

QUESTÃO 45

O cirurgião-dentista estará legalmente habilitado para o exercício da profissão após a obtenção dos registros exigidos pela legislação em vigor: registro do diploma no Ministério da Educação e no Conselho Federal de Odontologia (CFO), e inscrição no Conselho Regional de Odontologia (CRO) do Estado onde se localizar seu local de trabalho. Assinale a alternativa com a definição correta do tipo de inscrição.

- (A) Principal: para o exercício permanente na jurisdição estadual onde fez sua inscrição ou fora dela, desde que não exceda o prazo de 90 (noventa) dias.
- (B) Temporária: para o cirurgião-dentista recém-formado, cujo diploma ainda não tenha sido expedido pela Universidade.
- (C) Secundária: para o cirurgião-dentista estrangeiro com visto temporário de permanência no Brasil.
- (D) Provisória: quando o cirurgião-dentista exerce sua atividade profissional em outra jurisdição, além daquela em que está inscrito.
- (E) Remida: quando o cirurgião-dentista apresenta algumas restrições para a atividade profissional.

QUESTÃO 46

Os preceitos do Código de Ética Odontológica são de observância obrigatória e sua violação sujeitará o infrator e quem, de qualquer modo, com ele concorrer para a infração, ainda que de forma indireta ou omissa, às penalidades previstas no Código. Assinale a alternativa que não é considerada infração de manifesta gravidade.

- (A) Acobertar ou ensejar o exercício ilegal ou irregular da profissão.
- (B) Ocupar cargo cujo profissional dele tenha sido afastado por motivo de movimento classista.
- (C) Veiculação de propaganda ilegal.
- (D) Ofertar serviços odontológicos em sites de compras coletivas ou similares.
- (E) Deixar de efetuar o pagamento da anuidade por um período superior a 5 (cinco) anos.

QUESTÃO 47

De acordo com a Resolução CFO-118/2012, Capítulo XVIII “Das penas e suas aplicações”, são circunstâncias que podem agravar a pena, exceto:

- (A) reincidência.
- (B) culpa concorrente da vítima.
- (C) prática com dolo.
- (D) qualquer forma de obstrução de processo.
- (E) falso testemunho ou perjúrio.

QUESTÃO 48

Sobre a utilização da toxina botulínica e do ácido hialurônico pelo cirurgião-dentista, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Proíbe-se o uso do ácido hialurônico em procedimentos odontológicos.
- (B) Proíbe-se o uso de toxina botulínica para fins exclusivamente estéticos.
- (C) Permite-se o uso de toxina botulínica para uso terapêutico em procedimentos odontológicos.
- (D) Permite-se o uso de toxina botulínica com fins exclusivamente estéticos.
- (E) Está regulamentada pela Resolução CFO 112/2011.

QUESTÃO 49

Assinale a alternativa em que se não se justifique a quebra de sigilo e, portanto, constituindo-se em infração ética.

- (A) Estrita defesa de interesse legítimo dos profissionais inscritos.
- (B) Revelação de fato sigiloso ao responsável pelo incapaz.
- (C) Perícia odontológica em seus exatos limites.
- (D) Notificação compulsória de doença.
- (E) Exibição de imagem de paciente, mesmo sem autorização, desde que com finalidade acadêmica.

QUESTÃO 50

O cirurgião-dentista, os profissionais técnicos e auxiliares, e as pessoas jurídicas, que exerçam atividades no âmbito da Odontologia, devem cumprir e fazer cumprir os preceitos éticos e legais da profissão. Esses constituem deveres fundamentais dos inscritos e sua violação caracteriza infração ética. Assinale a alternativa que não constitua dever fundamental, previsto no Código de Ética Odontológica, em seu Capítulo III.

- (A) Manter seus dados cadastrais atualizados junto ao Conselho Regional.
- (B) Guardar sigilo a respeito das informações adquiridas no desempenho de suas funções.
- (C) Zelar pela saúde e pela dignidade do paciente.
- (D) Promover a saúde coletiva no desempenho de suas funções, cargos e cidadania, independentemente de exercer a profissão no setor público ou privado.
- (E) Apontar falhas nos regulamentos e nas normas das instituições em que trabalhe, quando as julgar indignas para o exercício da profissão ou prejudiciais ao paciente, devendo dirigir-se, nesses casos, aos órgãos competentes.

ESPAÇO PARA RASCUNHO